

## RESENHA

**Artigo: ARROYO, M. G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens – adultos populares? Revej@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, V. I; 2007.**

Estamos diante de um texto que problematiza a prática pedagógica transformadora da Educação de Jovens e Adultos. Publicado pela revista Revej@ , 2007, apresentado na plenária do 9º Fórum Mineiro de Educação, pelo educador Miguel Arroyo, pesquisador de educação, palestrante constante nos eventos de sindicatos de professores do Brasil, assessor de movimentos sociais, autor de vários trabalhos sobre educação e exclusão, o que lhe confere, sem dúvida, a referência de um dos mais conceituados educadores em condições de provocar e debater sobre questões complexas no campo da educação voltada às camadas populares. Com o intuito de contribuir para uma prática transformadora da realidade presente na vivência dos que não concluíram estudos, o presente artigo instiga a pensar sobre o compromisso assumido pelo Fórum Mineiro de EJA, durante os nove anos de sua realização, na discussão de como as políticas públicas em educação definem as estratégias de formação apoiada no desejo de mudança na trajetória de vida daqueles que ainda confiam no processo educativo como uma maneira de construir um novo modo de viver. Esse viés sobre a formação não deve ser estruturado numa perspectiva que já não existe, é o que vai esclarecer o educador ao longo do artigo.

Iniciando a argumentação, Arroyo realiza um balanço e clama a todos a repensar sobre quais contribuições os encontros, bem como as políticas governamentais têm apontado para uma educação de jovens e adultos que de fato consolide a mudança na vida dessas pessoas. Para o autor, o importante é focar essa análise no desafio a respeito do que a EJA ainda tem de enfrentar com educandos fora da escola, e, mesmo os que nela se encontram, já não tem clareza sobre a transformação de seus destinos ao concluir a etapa de estudos. Durante anos de discussões, desejou-se uma EJA que se voltasse aos mais pobres, propiciando a inserção destes no espaço educativo,

transmitindo o conhecimento científico, e, assim, possibilitando a mudança na forma de vida de todos os que do conhecimento se apropriassem.

O artigo constata que isto não é suficiente. Para Arroyo, a organização pensada e ofertada não mais atende a educação ansiada pelos excluídos. É preciso muito mais que isto, é preciso uma “educação libertadora”. Uma formação que possa dar consistência, compreensão sobre as relações e os espaços de vivência próprios do ser humano.

Continuando sua reflexão, o autor destaca que o foco do balanço deva ser, exatamente, o educando. Entender quem é esse jovem e adulto que está buscando na formação uma saída para suas necessidades imediatas e não futuras.

Após anos de Fóruns, Encontros Regionais, Municipais, Estaduais firmou-se o compromisso público de que todos os jovens e adultos deveriam cumprir uma rotina escolar. Desta forma, as ações voltaram-se para esta direção e, assim, o acesso foi facilitado, a sala de aula passou a estar ao alcance de quase todos, próxima as suas residências.

Porém, é explícita a idéia, segundo a qual o autor retoma como elemento fundamental, de inseri-los não apenas no processo pedagógico, mas de inseri-los socialmente, a fim de possibilitar a transformação da realidade, uma vez que é esta a motivação que leva a grande maioria para os espaços escolares. E, segundo o artigo, todo esse tempo, foi negligenciado uma importante, talvez a mais importante responsabilidade educativa, a essa demanda: a formação para a inclusão social.

Rompendo, portanto, com a idéia que vem sendo apresentada nos espaços de discussão sobre a educação de jovens e adultos, Arroyo desacomoda quando reforça que é ingênua a idéia de que a matrícula e a transmissão dos conteúdos científicos, pura e simplesmente, dão conta da mudança proposta pela educação transformadora. Ao contrário, os sujeitos estão cada vez mais distantes do que se pode entender como pessoa de direito, sem conseguir entrar e se estabelecer no mercado formal de trabalho, continuando, assim, na vida difícil, segregada, ignorada. Desta forma, o modelo que se tem implementado à EJA não está conseguindo que esses educandos possam intervir na realidade e ter uma vida digna.

O artigo questiona sobre qual proposta educacional tem analisado o perfil deste jovem e adulto, tem dialogado com esses trabalhadores e trabalhadoras, para se debruçar e implantar um Programa de Educação que contemple um sujeito concreto, injustiçado com o qual a escola está lidando, formando, mas o desconhece enquanto humano, trabalhador; suas potencialidades e fragilidades.

A Educação de Jovens e Adultos, na análise do autor, está cada vez mais distante da realidade deste educando, uma vez que as Políticas de atendimento são generalizadas, não específicas.

Continuando sua postura reflexiva, Arroyo argumenta que os grupos que são atendidos pela EJA têm características próprias das camadas populares, são mulheres e homens que estão em condições precárias de sobrevivência, no sub-emprego, na categoria de desempregados. São grupos que possuem diferenças de gênero, raça, etnia. São grupos discriminados socialmente. Assim, a realidade enfrentada por essa demanda de alunos e alunas que estão nas escolas que ofertam a EJA, não condiz mais com a análise do perfil de grupos sociais que estão sendo pensado pelas Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos.

O autor ousa ao destacar que todos os debates e discussões realizados, assumem compromissos em direção ao futuro, esquecendo-se do momento presente. Para ele, essa década de debates apenas decidiu ações que têm um olhar globalizado, deixando de enfrentar questões particulares de sujeitos populares que se encontram à margem.

Lembramos que o projeto político pedagógico para a EJA era organizado para atender uma camada de pessoas que estavam no mercado de trabalho formal, mas não possuíam a certificação. Portanto, foram sendo estruturados cursos ou exames que deveriam estar atendendo a esses interesses, através da certificação a médio e curto, até, curtíssimo prazo para que o trabalhador pudesse manter-se ou inserir-se no mercado formal, e, ainda, melhorar a renda mensal. Esta realidade deixou de existir, os cidadãos não estão mais no mercado de trabalho formal, estão, em sua grande maioria, na informalidade. Todavia o trabalho pedagógico ainda considera esta realidade para atender aqueles que procuram a escola.

Logo, ao se reportar para a memória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o artigo destaca a organização curricular apoiada na formação para o trabalho. Os currículos mesmo apresentando a referência de compromissos com uma educação de qualidade, equidade e integração do jovem e adulto no trabalho formal, na transformação da realidade social, acabam, na prática, realizando uma educação voltada, apenas, para a certificação, a recompensa e a aceleração dos estudos. Por conseguinte, de forma insistente, o autor provoca a reflexão sobre quais saberes sobre o mundo do trabalho seriam necessários para trabalhadoras e trabalhadores que atualmente deparam-se com outra realidade. Uma realidade mais cruel, mais excludente: o desemprego, o trabalho informal – a sobrevivência. Talvez, um currículo que dê possibilidades de compreensão sobre questões tão complexas a respeito dessas relações. Como fazê-lo?

O discurso que ainda está presente na prática pedagógica é o de que a formação educacional o levará a mudanças significativas na vivência. Um bom emprego, um relativo salário e vida estável, com garantias. Isto é o que motiva e mobiliza este público a ingressar no processo educativo.

Repetindo o discurso das décadas de 80 e 90, a docência e a gestão tentam seduzir essa demanda de educandos a se matricular e a se manter no processo pedagógico para a concretização dos desejos. Ao perceber que a formação já não cumpre a promessa inicial, esses estudantes afastam-se do cotidiano escolar.

Desejando romper com este paradigma, o artigo aponta para o momento presente. Abandonar o discurso de promessas futuras que não se concretizarão e atentar para o que pode ser feito, a fim de se amenizar as incertezas presente na realidade dessas pessoas.

O Tema V, da Agenda para o Futuro da Educação de Adultos, discorre sobre “A educação de adultos e as transformações no mundo do trabalho”, todavia o entendimento expresso no documento é o de que a EJA deva atender as exigências do direito ao trabalho e o acesso ao emprego formal. Para Arroyo, esta é uma discussão que já se esvaziou quando nos deparamos com uma nação que já não garante a empregabilidade. Cada um, de forma solitária, precisa encontrar diariamente uma maneira de sobreviver.

Admitir o fracasso na geração de renda e de emprego, é admitir que a política de empregabilidade, de crescimento só atinge uma camada da população, e que esta não é a grande maioria que está se ocupando da EJA.

É nesta linhagem histórica que o artigo apresenta diferentes olhares sobre o currículo, que em suas convergências e divergências, deveria estar organizado a fim de atender as necessidades desses jovens e adultos que estão na informalidade, inseguros sobre sua vida.

O currículo é pensado e estruturado sob o olhar da academia, idealizado na perspectiva de uma sociedade justa, igualitária, com condições dignas de sobrevivência. No entanto, há um desconhecimento sobre a real condição de vida desse sujeito que por condições adversas não pode concluir seus estudos em idade regular. Este cidadão frequenta ou retorna à escola com o intuito de ser preparado para o trabalho. Mas qual trabalho? Se esta for a única motivação do currículo para sensibilizá-lo ao retorno e permanência à escola estará fadada ao fracasso, conforme o autor.

Arroyo vai posicionando o leitor sobre a forma como o currículo é pensado por especialistas que valorizam e enquadram a educação em estruturas e saberes formais. Há uma tendência em desconsiderar outras experiências reais, concretas de saberes já estabelecidos por jovens e adultos que organizam sua rotina nos saberes que o mundo, as necessidades lhes impõe. Como organizar um currículo que seja pensado, apoiado na vivência e expectativa de jovens e adultos populares? Esta é a indagação que aflige o autor.

Pensando nisso, ele sugere algumas reflexões que poderiam estar sendo focadas para a construção de uma forma de organização de oferta de EJA que pudesse atender a esses homens e mulheres que estão na informalidade. Dar voz a essa população seria tirá-la da invisibilidade, seria a oportunidade para se construir a identidade, compreender realidades e, desta forma, considerar que a EJA deva ser uma oferta flexível, não apenas na estrutura organizacional de tempo cronológico, mas também no tempo pedagógico, expressando a vivência, a aprendizagem adquirida em espaços sociais.

O artigo apresenta, ainda, outras questões tensas que permeiam a organização curricular e comprometem o sucesso da formação educacional dos cidadãos que estão inseridos no ensino noturno.

Esse educando é estigmatizado pelo senso comum. Muitas vezes trabalhador informal, desempregado, excluído. A violência presente em nossa sociedade é responsabilidade dessa demanda das camadas populares. Trabalhadoras e trabalhadores cansados, infelizes, habituados a desumanidade ao sofrimento. O olhar de reprovação e preconceito que lhes é dirigido, acaba por expulsá-los do espaço educativo. Qual julgamento de valor é imposto? Quais imagens sobre eles são construídas por educadores e educadoras?

As informações que chegam de forma massificada podem atingir e construir discursos e imagens negativas que se cristalizam, inclusive entre docentes, que por falta de conhecimento, não conseguem ter uma opinião formada sobre o assunto. Assim, a formação preconceituosa, generaliza, segrega e, mais uma vez, empurra-o para o insucesso.

Neste sentido, tornar a educação mais humana é o ponto fundamental para as discussões entre docentes. As camadas populares, que estão procurando a escola, passam a ser vistas como perigosas, sem caráter, sem humanidade, capazes de atos violentos e responsáveis por todo desconforto que está sendo vivenciado pelas classes média e alta.

Desconstruir essa concepção é crucial quando se deseja uma sociedade menos desigual e uma formação que possa vislumbrar outros caminhos que possibilitem a inclusão, o respeito e o reconhecimento desses cidadãos.

O autor aponta para a gestão pedagógica um elemento que pode contribuir para a construção de um novo olhar às imagens que vão se construindo sobre as camadas populares: “Os Movimentos Sociais”. Sem querer definir respostas associadas a deveres e sugestões sobre a maneira mais correta de como se fazer Educação de Jovens e Adultos, Arroyo inova ao destacar os Movimentos Sociais como possibilidade de se estruturar a Educação preparada para entender a contradição da diversidade cultural, lidando com imagens reais, humanas. A possibilidade de não pensar a EJA apenas na perspectiva da certificação, da conclusão, da empregabilidade, da individualidade.

O autor considera as diferenças presentes na sociedade, na luta coletiva para conquistas e transformações. Portanto, é importante reconhecer e dar voz aos Movimentos, uma vez que estes (re)conhecem a realidade social dos grupos das camadas populares e, de posse deste conhecimento, solicitam e fiscalizam políticas públicas, bem como controlam as responsabilidades dos organismos governamentais.

Para Arroyo, é fundamental desconstruir a idéia de que a escola é o único espaço de produção do conhecimento, e desta forma, repensar a diversidade presente no público da EJA, a fim de se promover um currículo flexível, não elitista que de conta dessa demanda de diferentes, de desiguais, ávidos por serem compreendidos, reconhecidos e, por intermédio da aprendizagem, perceberem as relações estruturais do mundo contemporâneo.

O currículo, assim, como tratou o autor ao longo do texto, seria pensado e organizado por intermédio da dialogicidade, da coletividade, entendendo o cotidiano de lutas, de respeito às diferenças, que vão além das questões materiais, perpassam pela humanização. Ao se reportar a um sujeito marcado pela pobreza, pela exclusão, pela discriminação, Arroyo propõe uma educação que passaria, então, a ter outra responsabilidade: ser mais humana, mais inclusiva, menos individualista.

### **Miguel González Arroyo**

Professor da Faculdade de Educação da UFMG. Foi Secretário Adjunto de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, coordenando a elaboração e implantação da Escola Plural. Organizador de Da Escola Carente á Escola Possível, autor de Educação e Exclusão da Cidadania, Ofício de Mestre. Imagens e auto-imagens, Imagens Quebradas e de muitos outros trabalhos.

### **Ivoneide Aparecida Parra**

Professora da Educação de Jovens e Adultos em privação de liberdade. Rede Pública de Ensino do Paraná.

